

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Lula recorreu ao STF para não derreter como sorvete

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias, anunciou, ontem, que protocolou uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) no Supremo Tribunal Federal (STF), no qual sustenta que o decreto presidencial é um ato constitucional, válido e lícito, e não poderia ter sido objeto de sustação por decreto legislativo. Para o governo, a medida do Congresso violou o princípio da separação de poderes.

Messias disse que o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que anulou os efeitos do decreto presidencial impactou negativamente a política econômica e tributária. A decisão do governo escala a crise entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Congresso, mas não havia outra alternativa. Se aceitasse a decisão do Legislativo, Lula perderia toda e qualquer capacidade de iniciativa nas negociações com o Centrão. E seu governo derreteria como sorvete no sol quente.

Não é uma situação nova. Essa é a quarta vez que um presidente da República é emparedado pelo Centrão desde o segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, em cujo governo foram criadas as emendas impositivas. A petista tentou resistir e fracassou. Perdeu o controle da economia e, com a popularidade na lona por causa da inflação, acabou deposta pelo Congresso.

O ex-presidente Michel Temer, que assumiu o poder, após a denúncia feita pelo então procurador-geral da República Rodrigo Janot, também viu sua popularidade ser volatilizada. Entretanto, sempre foi um hábil negociador e conduziu as relações com o Centrão de maneira a evitar um impeachment. Nesse processo, o Congresso avançou em muitas casas em relação ao Orçamento da União.

Por causa do envolvimento do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) com o ex-policial militar e miliciano Adriano Magalhães da Nóbrega, chefe da milícia do Rio das Pedras e do Escritório do Crime, o ex-presidente Jair Bolsonaro também se viu acuado pelo Congresso. Adriano era citado nas investigações do Ministério Público fluminense sobre a morte da vereadora Marielle Franco e um suposto esquema de “rachadinha” no gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa fluminense. O caso foi arquivado pela Justiça.

Bolsonaro suspeitou que o então vice-presidente Hamilton Mourão conspirava para que sofresse um impeachment, mas pôs um ponto final na crise ao fazer uma reforma ministerial e entregar a chefia da Casa Civil da Presidência para Ciro Nogueira (PI), o presidente do PP. O Centrão conquistou, assim, não só uma fatia maior do Orçamento da União, mas também o poder de coordenar a execução das emendas impositivas.

A VIRADA DE MESA PEGOU O PRESIDENTE DE SURPRESA. SUA REAÇÃO FOI DESLOCAR O EIXO DA DISPUTA PARA A SOCIEDADE E MUDAR A NARRATIVA DO AJUSTE FISCAL PARA A JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

Impasse institucional

A perda de popularidade é o denominador entre esses três momentos. Mas há uma diferença no plano institucional: um decreto legislativo derrubou uma decisão na esfera de atribuições exclusivas do Executivo. Trata-se de uma mudança que precisa ser referendada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), cuja principal atribuição é zelar pelo respeito à Constituição.

O jurista italiano Norberto Bobbio, no auge da crise política italiana provocada pelo sequestro e assassinato do primeiro-ministro democrata-cristão Aldo Moro pelo grupo terrorista Brigadas Vermelhas, escreveu artigo no jornal La Repubblica no qual sustentava que o governo é sempre a forma mais concentrada de poder da sociedade, mesmo que eventualmente seja um “mau governo”.

Qualquer governo, por mais fraco e desmoralizado que seja, advertia ele, depois da queda de sucessivos gabinetes no parlamento italiano, tem o poder de normatizar, arrecadar e coagir, que são atribuições essenciais do Estado. Vem daí a força do Executivo. O ineditismo da decisão do Congresso é que retira do presidente Lula esse poder em matéria tributária. Só o Legislativo cria e estabelece impostos, mas cabe ao Executivo estabelecer suas alíquotas. Essa prerrogativa foi obliterada pelo Congresso.

Dependendo da carga tributária, um governo pode ser volatilizado. Uma das causas da Revolução Americana foi a taxação imposta às 13 colônias britânicas na América do Norte. Imposto, o nome já diz, ninguém gosta de pagar. O governo alega que o decreto derrubado pelo Congresso havia sido fruto de uma negociação entre os presidentes Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e o governo, conduzida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A virada de mesa pegou Lula de surpresa. Sua reação foi deslocar o eixo da disputa para a sociedade e mudar a narrativa oficial do ajuste fiscal para a justiça tributária. O desfecho dessa crise é imponderável. Nas redes sociais, Lula e o PT foram para a ofensiva, sobretudo contra o presidente da Câmara, Hugo Motta, que tem a prerrogativa de abrir um processo de impeachment contra Lula.

EVENTO

Poderes debatem desafios do mundo moderno

Autoridades brasileiras se encontram em Portugal para discutir sobre democracia e sustentabilidade. Ministro Gilmar Mendes, do STF, é o anfitrião do fórum

» ANA MARIA CAMPOS
Enviada especial

Lisboa — Parte do poder político e jurídico brasileiro está em Portugal para participar ou acompanhar os debates do XIII Fórum de Lisboa, que neste ano vai tratar de um tema da ordem do dia: o mundo em transformação — direito, democracia e sustentabilidade na era inteligente. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), pelo Lisbon Public Law Research Centre (LPL) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pelo Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário - FGV Justiça (FGV), o evento começa hoje e termina nesta sexta-feira.

Participam da abertura, nesta manhã, o decano do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes — idealizador e um dos principais anfitriões do Fórum de Lisboa —, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti. Também estarão na abertura o presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Carlos Ivan Simonsen Leal, o ministro adjunto e da Reforma do Estado de Portugal, Gonçalo Saraiva Matias, Carlos Blanco de Moraes, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade

Gustavo Moreno/STF



Decano do STF conduzirá debates com especialistas e autoridades

de Lisboa, e Vitalino Canas, presidente do Fórum de Integração Brasil Europa.

Juristas, autoridades, magistrados e representantes da sociedade civil do Brasil e da Europa estarão reunidos para debater reforma do Estado, crise dos poderes, trabalho em transição, agronegócio e segurança alimentar, desenvolvimento econômico, o mundo em conflito, a defesa das minorias, entre outros temas fundamentais da sociedade moderna.

Não faltaram personalidades representativas. Do STF, cinco ministros estarão nos debates. Além de

Gilmar, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes, André Mendonça e Flávio Dino estão em Lisboa. Do Superior Tribunal de Justiça (STJ), são 18, inclusive o vice-presidente, Luis Felipe Salomão.

Representatividade

Também estão previstos na programação Afrânio Vilela, Antonio Saldanha, Benedito Gonçalves, Gurgel de Faria, Humberto Martins, João Otávio de Noronha, Marco Aurélio Bellizze, Moura Ribeiro, Paulo Sérgio Domingues, Raul

Araújo Filho, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Ricardo Villas Bóas Cueva, Rogério Schietti, Sebastião Reis Júnior, Teodoro Silva Santos. O corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell Marques, está confirmado.

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas participa do painel sobre macrolitigância, impactos de decisões judiciais e métodos adequados de soluções de disputas. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, entra nesse debate.

Do governo Lula, os ministros de Estado Alexandre Silveira (Minas e Energia), Ricardo Lewandowski (Justiça e Segurança Pública), Jorge Messias (advogado-geral da União), Camilo Santana (Educação), Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária) e Jader Barbalho (Cidades) estão na programação. Fávaro, no entanto, não deve vir porque está envolvido nesta semana com o lançamento do Plano Safra 2025/2026.

Entre governadores, estão confirmados Tarcísio de Freitas (São Paulo), Claudio Castro (Rio de Janeiro), Ronaldo Caiado (Goiás), Mauro Mendes (Mato Grosso), Helder Barbalho (Pará), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul), Wanderley Barbosa (Tocantins) e Rafael Fonteles (Piauí). O Fórum de Lisboa é promovido anualmente com o propósito de debater questões e desafios relacionados ao mundo contemporâneo.

LEIS QUE MOVEM O DF.

LEI Nº 5.984/2017

ASSENTOS PREFERENCIAIS PARA IDOSOS.

A Câmara Legislativa trabalha para garantir seu direito de ir e vir. É por isso que diversas leis criadas promovem o seu conforto e a sua proteção no transporte público, ou a diversidade dos meios de transporte de maneira mais sustentável. Seja de ônibus, de metrô ou de bicicleta, a CLDF está sempre em movimento.

Respeite as leis que promovem a mobilidade urbana.

SAIBA MAIS

www.cl.df.gov.br

CÂMARA LEGISLATIVA
DISTRITO FEDERAL